



ATAS

Proceedings

**POLÍTICAS DE BASE REGIONAL E RECUPERAÇÃO
ECONÓMICA**

Place-Based Policies and Economic Recovery

19.º Congresso da APDR

Iniciativa conjunta com Innovaflow Conference

20-21 de Junho de 2013

Universidade do Minho, Braga

ISBN 978-989-96353-8-8

'Place-Based Policies and Economic Recovery'

Place-based policies aim at solving persistent under-use of resources and reduce enduring social exclusion in specific places. This is achieved through external interventions and multi-level governance devoted to promote the supply of integrated goods and services tailored to specific regional contexts and to stimulate institutional changes (Barca, 2009). How to design and assess these policies? How to integrate sustainable development strategies when most policies are sectoral and problematic places do not have adequate institutions? How to promote institutional capital at the local and regional levels? How to move beyond the established administrative boundaries toward functional places? How to learn from the failures of former regional policies that promoted regions in crisis? During the congress, participants and reputed specialists will try to answer some of these questions.

This year's congress will count on a group of Special Sessions organized by several members of the Scientific Committee of the Congress on specific themes of regional science. The papers presented in these Special Sessions result from invitations addressed by the organizers and are not therefore open to submissions.

We wish you a good Conference!

Francisco Carballo-Cruz (Local organizer Chair) and *Tomaz Dentinho* (APDR Chair)

Scientific Committee: Adriano Pimpão (U Algarve) Ana Lúcia Sargento (IP Leiria) Anabela Ribeiro (U Coimbra) António Oliveira (U Minho) Artur Cristovão (UTAD) Eduardo Anselmo Castro (U Aveiro) Francisco Carballo-Cruz (U Minho) Isabel Fonseca (U Minho) Isabel Mota (U Porto) Joaquim Freitas Rocha (U Minho) João Azevedo (IP Bragança) João Carlos Cerejeira (U Minho) João Marques (U Aveiro) Jorge Silva (U Beira Interior) José Cadima Ribeiro (U Minho) José Costa (U Porto) José Pedro Pontes (UTL) José R. Pires Manso (U Beira Interior) Livia Madureira (UTAD) Luísa Carvalho (IP Setúbal) Maria Conceição Rego (U Évora) Maria Teresa Noronha (U Algarve) Mário Rui Silva (U Porto) Nuno Martins (U Açores) Orlando Rodrigues (IP Bragança) Paula Cristina Remoaldo (U Minho) Paulo Mourão (U Minho) Paulo Neto (U Évora) Paulo Pinho (U Porto) Pedro Dominginhos (IP Setúbal) Pedro Nogueira Ramos (U Coimbra) Regina Salvador (U Nova) Rosário Macário (IST-UTL) Rui Nuno Baleiras (U Minho) Tiago Freire (XJTLU - Xi'an JiaoTong-Liverpool University) Tomaz Dentinho (U Açores)

Organizing Committee: Francisco Carballo-Cruz (U Minho)–Chair José Cadima Ribeiro (U Minho) Tomaz Dentinho (U Açores/ APDR) Teresa de Noronha (U Algarve/CIEO) Elisabete Martins (APDR) Julieta Rosa (CIEO) Carlos Pereira (U Minho) Lara Leite (U Minho)



[1121] TENDÊNCIAS E TRAJETÓRIAS DAS REGIÕES DE FRONTEIRA: A FRONTEIRA CENTRO-CASTILLA Y LEÓN DE PORTUGAL E ESPANHA

TRENDS AND PATHS FROM BORDER REGIONS: THE FRONTIER CENTRO- CASTILLA Y LEÓN OF PORTUGAL AND SPAIN

Natário, Maria Manuela Santos¹, Fernandes, Gonçalo José Poeta², Del Barrio Aliste, José Manuel³, Ibáñez Martinez, M^a Luísa⁴

¹ m.natario@ipg.pt, UDI-IPG, Unidade de Investigação para o Desenvolvimento do Interior- Instituto Politécnico da Guarda, Portugal

² goncalopoeta@ipg.pt, UDI-IPG, Unidade de Investigação para o Desenvolvimento do Interior- Instituto Politécnico da Guarda, Portugal

³ josema@usal.es, Universidad de Salamanca, Espanha

⁴ mibanez@usal.es, Universidad de Salamanca, Espanha

RESUMO

O objetivo deste trabalho é discutir se o processo de integração da UE desencadeou uma nova dinâmica territorial com convergência das regiões de fronteira. Pretende-se analisar as tendências e as trajetórias das regiões da fronteira luso-espanhola do Centro de Portugal e Castilla y León, em particular dos concelhos das NUTS III Beira Interior Norte e Beira Interior Sul (da Região Centro) e das comarcas das Províncias de Salamanca e Zamora (da Região de Castilla y León), dos últimos 20 anos, atendendo a um conjunto de indicadores demográficos, económicos e sociais, por via de análise estatística e conjugando aporções de processos de desenvolvimento estabelecidas nestas regiões.

Palavras-chave: Desenvolvimento Económico, Regiões de Fronteira, Trajetórias

ABSTRACT

THE OBJECTIVE OF THIS PAPER IS TO DISCUSS IF THE PROCESS OF EU INTEGRATION HAS UNLEASHED A NEW TERRITORIAL DYNAMIC WITH CONVERGENCE OF BORDER REGIONS. WE INTEND TO ANALYZE TRENDS AND TRAJECTORIES OF THE PORTUGUESE-SPANISH BORDER REGIONS OF THE CENTER OF PORTUGAL AND CASTILLA Y LEÓN, IN PARTICULAR THE MUNICIPALITIES OF NUTS III AND NORTHERN AND SOUTHERN BEIRA INTERIOR (CENTRAL REGION) AND THE PROVINCES OF COUNTIES OF SALAMANCA AND ZAMORA (REGION OF CASTILLA Y LEÓN), IN THE LAST 20 YEARS, GIVEN A SET OF DEMOGRAPHIC, ECONOMIC AND SOCIAL INDICATORS, THROUGH STATISTICAL ANALYSIS AND COMBINING CONTRIBUTIONS FROM DEVELOPMENT PROCESSES ESTABLISHED IN THESE REGIONS.

Keywords: Economic Development, Border Regions, Trajectories

Com o apoio de:

UDI/IPG- Unidade de Investigação para o Desenvolvimento do Interior



1. INTRODUÇÃO

A preocupação com o desenvolvimento da fronteira luso-espanhola só se colocou com mais acuidade com a entrada dos dois países ibéricos na Comunidade Europeia, que conduziu a que se agudizassem as disparidades regionais, por via de reconfigurações funcionais e perceção das debilidades que estes espaços encerram em relação a outros, visto constituir o espaço fronteiriço mais extenso da Comunidade e o de mais elevado nível de subdesenvolvimento. Este território fronteiriço qualificado como desfavorecido e deprimido, constitui um espaço periférico e afastado dos grandes centros de atividade económica e de decisão política, cujas conjunturas políticas e socioeconómicas têm historicamente penalizado, o que se vem repercutindo na sua organização económica e social.

Com as mutações económicas, sociais e tecnológicas, com a crescente interdependência das economias, resultado do processo de integração da União Europeia (UE), o papel tradicional da fronteira foi alterado assistindo-se à redução dos disfuncionamentos por ela causados e à evolução da gestão harmoniosa dos

espaços transfronteiriços. A criação do Mercado Único e a consolidação do processo de integração em União Europeia levou à abolição das fronteiras dos Estados Membros que funcionavam como entrave à livre circulação de pessoas, bens e serviços, e capital dentro da União Europeia. Pretendia-se, assim, promover o desenvolvimento das relações com os países vizinhos, reforçar a posição das regiões e consequentemente fomentar a competitividade (Natário, 2005).

Neste contexto, procura-se conhecer se o processo de integração da UE desencadeou uma nova dinâmica territorial, com convergência das regiões de fronteira e, simultaneamente, analisar as tendências e as trajetórias das regiões da fronteira Centro de Portugal e Castilla y León, em particular dos concelhos das NUTS III Beira Interior Norte e Beira Interior Sul (da Região Centro) e das comarcas das Províncias de Salamanca e Zamora (da Região de Castilla y León).

Este trabalho encontra-se estruturado em 4 pontos em que se articula e sistematiza a revisão bibliográfica sobre a dinâmica destes territórios, descreve-se a metodologia utilizada e as suas lógicas de processamento da informação, seguindo-se o tratamento e análise de dados. Por fim, apresentam-se discutem-se as conclusões.

2. AS REGIÕES DE FRONTEIRAS: CONTEXTUALIZAÇÃO

A região fronteiriça de Portugal e Espanha é qualificada como desfavorecida e deprimida, constituindo um território periférico e afastado dos grandes centros de atividade económica e de decisão política, o que tem promovida a desregulação social e económica destes espaços, cuja articulação de estratégias de desenvolvimento não tem encontrado efetividade.

Com efeito, as regiões de fronteira apresentam uma dupla perifericidade: quer termos do seu posicionamento geográfico, quer em relação aos centros de decisão (Lange, 2011), apresentando assim desvantagens sociais, económicas e estruturais. Estas regiões foram durante décadas marginalizadas face aos centros de decisão e limitadas por uma barreira real e legar (a fronteira), agudizando a sua condição de tal forma que nos anos 60, a Raia Ibérica ficou conhecida como a “fronteira do subdesenvolvimento” (Cabero Diéguez e Caramelo; Lange, 2011a, 2012).

Dada a sua reduzida dinâmica, traduzida por indicadores demográficos e socioeconómicos abaixo da média nacional, estas regiões têm sido umas das principais preocupações de desenvolvimento e coesão da União Europeia.

Foi assim o significativo atraso estrutural das regiões fronteiriças luso-espanholas que levou à criação do Programa Operacional de Desenvolvimento das Regiões Fronteiriças (INTERREG) Portugal/Espanha, com o objetivo comunitário de avançar no sentido de uma maior integração e convergência económica e social na comunidade europeia. Foi somente com a criação da iniciativa INTERREG que a Comunidade assumiu, de uma forma bastante clara, a necessidade de desenvolver as zonas fronteiriças e estimular a cooperação transfronteiriça entre populações vizinhas separadas durante séculos (Lourenço, 1996).

O sucesso da primeira geração do programa INTERREG (1990-1993) fez com que esta iniciativa fosse renovada entre 1994-1999, em 2000-2006, e mais recentemente entre 2007-2013, no contexto do Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (POCTEP) (Lange, 2012).

“O esforço de aproximação e cooperação conjunta entre Portugal e Espanha inicia-se com a instauração de regimes democráticos nos anos 70 e, sobretudo, com a adesão conjunta à CEE em 1986, que marca definitivamente o fim de uma longa relação tensa e conflituosa” (Lange, 2011a:1575).

A criação do Mercado Único e a consolidação do processo de integração em União Europeia, levou à abolição das fronteiras dos Estados Membros que funcionavam como entrave à livre circulação de pessoas, bens e serviços, e capital dentro da União Europeia. Pretendia-se, assim, promover o desenvolvimento das relações com os países vizinhos, reforçar a posição das regiões e consequentemente fomentar a competitividade (Natário, 2005).

Apesar de abolidas as fronteiras legais perduraram outros níveis de fronteiras, segundo Reigado e Almeida (1994), Lourenço (1995), Reigado (2002), que travaram o desenvolvimento da cooperação entre Portugal e Espanha: as fronteiras psicológicas e os contrapoderes; as fronteiras económicas e sociais, as fronteiras institucionais; as fronteiras culturais e as fronteiras linguísticas e os obstáculos de ordem orçamental.

Mas, a abolição das fronteiras não garante, por si só, efeitos positivos no desenvolvimento das regiões de fronteira, uma vez que, segundo Reigado (1993:8) “nas regiões transfronteiriças, o desenvolvimento das

relações com os países limítrofes implicará, simultaneamente, um acentuar de pressões (por exemplo, no domínio dos fluxos migratórios) e novas oportunidades comerciais”.

Ao longo dos últimos anos verificou-se uma dinâmica favorável à «desfronterización» dos territórios (Salgado, 2010) traduzida por novas estruturas e pelas muitas iniciativas que surgiram e que procuraram estimular a cooperação entre as regiões de fronteira. Lange (2011b) identificou, vários tipos de cooperação transfronteiriça, de objetivos diferentes em níveis territoriais diferenciados, embora num carácter mais ‘macro’, nomeadamente a criação de Macro-Regiões, as Euroregiões, consideradas como plataformas onde várias estruturas que promovem cooperação desenvolvem a sua ação, as Comunidades de Trabalho que funcionam como as grandes promotoras de uma cooperação mais generalizada ao longo das suas respetivas fronteiras. Neste contexto, foram-se criando iniciativas mais localizadas, como as Comunidades Territoriais de Cooperação, a Eurocidade, geminações e a introdução do Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AECT). É certo que a proliferação deste tipo de iniciativas só foi possível devido aos fundos comunitários.

Com efeito, o objetivo da cooperação transfronteiriça é criar oportunidades de desenvolvimento destas áreas marginais. Daí que a cooperação transfronteiriça seja um importante fator de desenvolvimento, pois, segundo Reigado (2002) permitirá realizar a nível transfronteiriço: as economias de escala; uma planificação dos serviços públicos; uma organização dos sistemas de transporte e comunicações; o desenvolvimento urbano; uma promoção conjunta das atividades económicas e o desenvolvimento científico e tecnológico.

Na União Europeia, o reconhecimento da importância desta forma de cooperação tem aumentado, assumindo-se como um dos três objetivos prioritários (Cooperação Territorial Europeia). Por conseguinte, tem vindo a registar-se um esforço para institucionalizar as relações transfronteiriças na Europa, na medida em que, partindo do estabelecimento de contactos e pactos informais, pretende-se instituir estruturas mais efetivas e acordos formalizados para facilitar e aprofundar a cooperação (Lange, 2011).

Todavia, a cooperação transfronteiriça não alcançou os principais objetivos a que se propunha, constatando-se algumas dificuldades derivadas das limitações provocadas pelo forte protagonismo que desempenham os Estados (países), das grandes diferenças e assimetrias existentes e também da sua própria inércia histórica que continua a alimentar resistências e receios de cada lado da fronteira (Salgado, 2010).

Neste contexto, em que se aboliram as fronteiras legais, entre Portugal e Espanha, e se procurou incrementar as relações e a cooperação entre regiões de fronteira (transfronteiriça) ter-se-á desencadeado uma nova dinâmica com convergência das regiões de fronteira? Ou pelo contrário, surgiram tendências de concentração para as regiões mais avançadas, levando a um reordenamento económico do território em desfavor das regiões mais pobres, tal como já havia questionado Reigado (2002), anteriormente? São estas questões que se procura responder nos próximos pontos deste trabalho.

3. METODOLOGIA E RESULTADOS

Neste estudo, pretende-se analisar as tendências e as trajetórias das regiões da fronteira Centro-Castilla y León de Portugal, em particular dos treze concelhos das NUTS III Beira Interior Norte (BIN) e Beira Interior Sul (BIS) (da Região Centro) e das cinco comarcas das Províncias de Salamanca e Zamora (da Região de Castilla y León). Os concelhos em análise são Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Guarda, Manteigas, Meda, Pinhel, Sabugal e Trancoso da BIN; Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Penamacor e Vila Velha de Ródão da BIS; Ciudad Rodrigo e Vitigudino da província de Salamanca e Aliste, Sanabria e Sayago da província de Zamora.

A principal fonte de dados utilizada foi o INE de Portugal e Espanha para os anos de 1991, 2001 e 2011. O estudo incide assim sobre um total de 18 concelhos e/ou comarcas.

A metodologia utilizada para a análise baseia-se na aplicação da estatística multivariada: análise de *clusters*, de forma a agrupar as regiões segundo a sua tendência demográfica, nomeadamente em termos de taxas de crescimento de 1991 para 2011 da população (Tx_cresc91_2011), da densidade populacional (Tx_cresc_Dens91_11) de crescimento natural (Tx_cresc_natural91_11) do saldo migratório (Tx_cresc_sdmigratório91_11), da população estrangeira (Tx_cresc_Pop_estr_91_11) e do desemprego (Tx_cresc_desemp_2001_11). Posteriormente recorreu-se à aplicação de testes de diferenças múltiplas

de médias para distinguir as características únicas de cada *cluster* e aferir das principais dimensões dessas tendências.

A utilização da metodologia da análise de *clusters* mostrou-se adequada e as variáveis de realização de objetivos utilizadas para classificar as regiões foram todas significativas para a solução encontrada, como se pode verificar pelos resultados da análise ANOVA, constantes da tabela 1.

Tabela 1: Análise ANOVA

	Cluster		Error		F	Sig.
	Mean Square	df	Mean Square	df		
Tx_cresc91_2011	748,645	2	44,429	15	16,850	,000
Tx_cres_Dens91_11	849,856	2	52,197	15	16,282	,000
Tx_cresc_natural91_11	244469,122	2	1836,839	15	133,092	,000
Tx_cresc_sdmigratório91_11	363673,094	2	15493,442	15	23,473	,000
Tx_cresc_Pop_estr_91_11	1564918,389	2	53463,691	15	29,271	,000
Tx_cresc_desemp_2001_11	6677,044	2	1770,324	15	3,772	,047

Aplicando a metodologia anteriormente descrita de análise de *clusters*, foram obtidos três grupos (Tabela 2 e 3). O primeiro, constituído por 3 concelhos, caracteriza-se por decréscimo da população na ordem do 12%, da densidade populacional na ordem dos 12% e do saldo migratório²¹² (52%) mas com um crescimento natural (diferença entre o número de nascidos e o número de óbitos) positivo (25%), em parte resultado do forte aumento de população residente de nacionalidade estrangeira e com o maior crescimento em termos de desemprego. O *cluster* 2 com 1 concelho, apresenta valores positivos em todas as dimensões em análise. O terceiro grupo, constituído por 14 concelhos apresenta o maior decréscimo populacional apenas compensado pelo aumento da população estrangeira nestes concelhos/comarcas, conforme se pode verificar pela Tabela 2.

Tabela 2: Análise Clusters

Final Cluster Centers			
	Cluster 1	Cluster 2	Cluster 3
	N=3	N=1	N=14
Tx_cresc91_2011	-11,63	10,50	-25,16
Tx_cres_Dens91_11	-12,03	11,10	-26,68
Tx_cresc_natural91_11	25,27	741,70	21,56
Tx_cresc_sdmigratório91_11	-52,10	850,00	-20,51
Tx_cresc_Pop_estr_91_11	1580,10	2154,00	760,96
Tx_cresc_desemp_2001_11	135,00	112,00	64,71

Dadas as suas características, o grupo 1, constituído por Pinhel, Trancoso e Castelo Branco, não apresenta convergência em termos demográficos e económicos, denotando uma divergência média em termos de sustentabilidade demográfica e uma divergência elevada em termos económicos resultado do aumento do desemprego. O *cluster* 2, com um só concelho a Guarda, manteve-se em termos demográficos e apresenta alguma convergência face à média nacional em parte à custa do esvaziamento dos concelhos limítrofes e do aumento da população estrangeira, mas também denotando um agravamento económico traduzido pelo elevado aumento do desemprego. O *cluster* 3 é o que apresenta maior divergência e é constituído pelos restantes concelhos em análise (Tabela 3), registando esvaziamento de população. Claramente, o processo de integração da UE não desencadeou convergência das regiões mas pelo contrário assentou o seu fosso e a sua divergência.

²¹² Saldo migratório (diferença entre o número de imigrantes e o número de emigrantes).

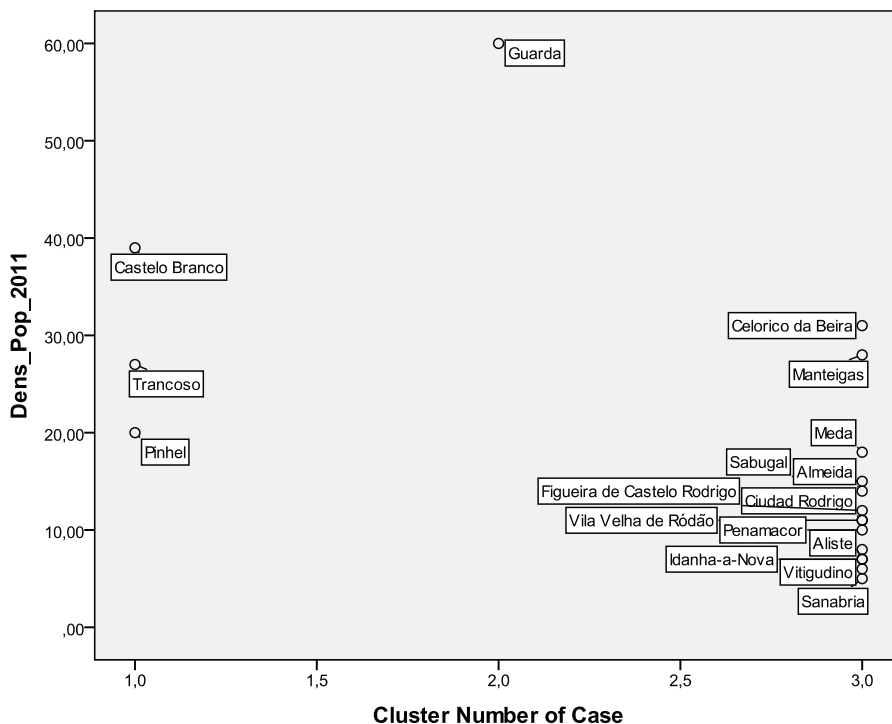
Tabela 3: Concelhos por Cluster

Cluster 1	Cluster 2	Cluster 3
Pinhel	Guarda	Almeida
Trancoso		Celorico da Beira
Castelo Branco		Figueira de Castelo Rodrigo
		Manteigas
		Meda
		Sabugal
		Idanha-a-Nova
		Penamacor
		Vila Velha de Ródão
		Ciudad Rodrigo
		Vitigudino
		Aliste
		Sanabria

Com efeito, é de concordar com Reigado (2002) que para além das consequências positivas, resultado da diminuição de custos e do crescimento económico que poderia provocar a abertura de fronteiras, surgiram tendências de concentração para o desenvolvimento em regiões mais avançadas, levando a um reordenamento económico do território europeu em desfavor dos países e regiões mais pobres, agravando as desigualdades existentes na U.E.

Este resultado é ainda confirmado pelos resultados constantes no gráfico 1. Com efeito, a maior densidade populacional (cerca de 60 habitantes por Km², contra 115 habitantes por Km² em Portugal e 93 habitantes em Espanha), em 2011, regista-se no concelho da Guarda e a maioria dos concelhos de fronteira da Região Centro/Castilla y León) concentra menos de 30 habitantes por Km²). Além disso, exceto os concelhos da Guarda e de Castelo Branco, todos os restantes em análise registaram uma diminuição da densidade populacional nos últimos 20 anos (de 1991 para 2011) (Anexo 1).

Gráfico 1: Densidade Populacional por cluster em 2011



Por forma a verificar que fatores permitem distinguir os três grupos de concelhos, procedeu-se à utilização da análise Anova e à aplicação de testes de diferenças de médias dos grupos. Com base na tabela 4 pode-se verificar que os resultados da análise Anova comprovam que os 3 grupos variam em termos Índice de Envelhecimento em 2011; População residente de nacionalidade estrangeira em 2011; População em termos de estrutura etária, em 2011, e o Número de explorações agrícolas em 2009. O

tamanho das explorações agrárias (nº de Explorações Agrícolas Segundo o Escalão); o efetivo de animais em 2009, os Jovens (<25 anos) desempregados registados nos centros de emprego (nº) e o Índice de ruralidade (número de pessoas que vivem em lugares com menos de 2.000 habitantes) não evidenciam diferenças com significância estatística entre os *clusters*.

Relativamente ao Índice de Envelhecimento e à População com mais de 65 anos os testes de diferenças de médias concluem que o *cluster 3* apresenta maiores valores médios, seguindo-se o *cluster 1*. O *cluster 2* é o que melhores resultados em termos População residente de nacionalidade estrangeira e em termos de População por estrutura etária, em 2011. O grupo 1 é o que apresenta maior número de explorações agrícolas.

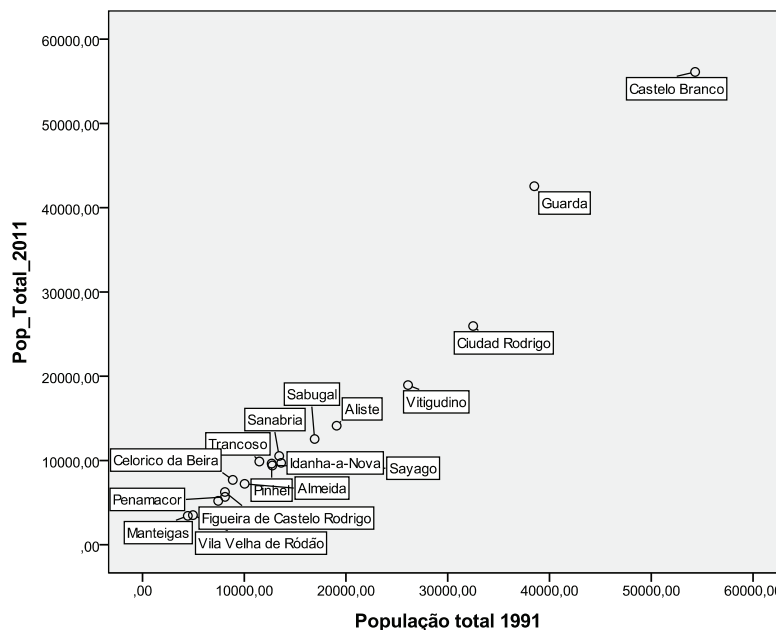
Tabela 4: Análise ANOVA e Teste de Diferenças de Médias

	df	F	Sig.	Diferenças de Médias
Índice_envelh_2011	2	4,101	,038	3>1>2
Pop_est_2011	2	8,254	,004	2>1>3
Pop0_14_2011	2	6,545	,009	2>1>3
Pop15_24_2011	2	4,102	,038	2>1>3
Pop25_64_2011	2	5,170	,020	2>1>3
Pop_m65_2011	2	7,354	,006	3>1>2
Expl_0_5ha_2009	2	1,038	,378	
Expl_5_20ha_2009	2	,496	,619	
Expl_20_50ha_2009	2	1,699	,216	
Expl_m50ha_2009	2	1,361	,286	
N_Expl_Agric_2009	2	4,971	,022	1>2>3
Ef_animais_2009	2	,557	,584	
Jovens_Desemp_2011	2	2,636	,104	
Índice_Rural_2011	2	1,208	,326	

Portanto, é fundamentalmente o envelhecimento da população, a redução de população quer jovem quer em idade ativa, não compensada pela população estrangeira que influenciam o grupo de concelhos com maior divergência, com agravamento da periferia e das desigualdades, bem como com aumento do afastamento face à restantes regiões da U.E e a menor.

Analisando as trajetórias concelho a concelho, em termos várias dimensões conclui-se que Castelo Branco e Guarda distanciam-se dos restantes concelhos por apresentar os melhores resultados em termos de população e com crescimento populacional convergindo para valores acima dos 40.000 habitantes. A grande maioria dos concelhos de fronteira em análise tem menos de 20.000 habitantes com a particularidade de perderam população nos últimos 20 anos (Gráfico 2).

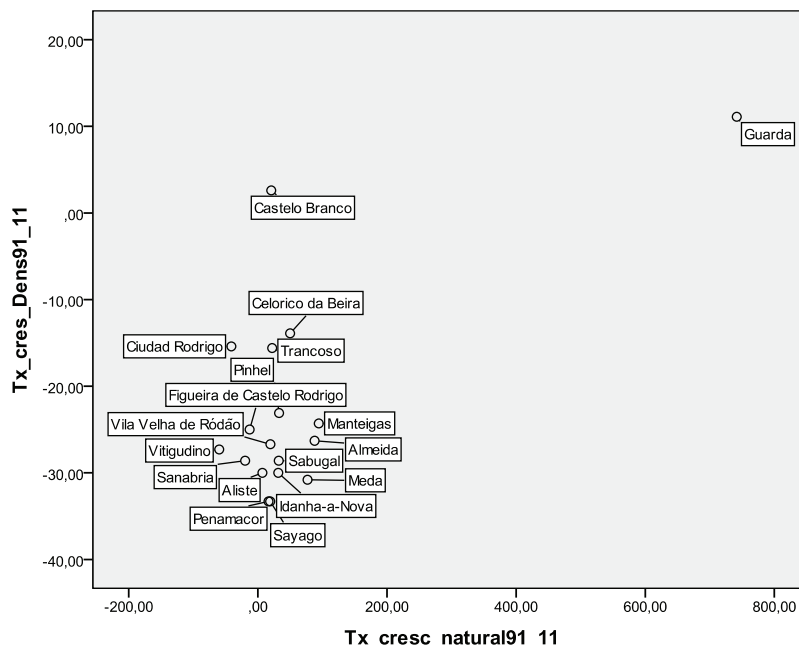
Gráfico 2: Trajetórias da População das Regiões de Fronteira



O gráfico 3 continua a evidenciar no período de 1991-2011, a coexistência no território de fronteira de três situações distintas e de diferentes dinâmicas dos territórios em termos de Crescimento Natural e Densidade Populacional. Uma situação agrupa os territórios com ganhos positivos nestes dois indicadores

(Guarda e Castelo Branco), outra agrupa os concelhos com taxas de crescimento natural no período 1991-2011 mas com diminuição da densidade populacional (Celorico da Beira, Meda, Pinhel, Sabugal, Trancoso, Idanha-a Nova, Penamacor, Aliste e Sayago e uma terceira dinâmica francamente negativa nos dois indicadores (Figueira Castelo Rodrigo, Manteigas, Vila Velha de Ródão, Ciudad Rodrigo, Vitigudino e Sanabria).

Gráfico 3: Trajetórias em Termos de Crescimento Natural e Densidade Populacional das Regiões de Fronteira



Estes resultados são em parte justificados pela evolução da Natalidade e da Mortalidade nestas regiões (gráfico 4). Com efeito, exceto Vitigudino, todos os concelhos em análise registaram uma evolução da natalidade nula ou negativa, acompanhada por acréscimos na taxa de mortalidade resultado do envelhecimento da população.

Com base nos resultados constantes no gráfico 5 pode-se constatar que, no período 1991-2011, em termos de taxa de crescimento do Saldo migratório (diferença entre o número de imigrantes e o número de emigrantes) se verificaram dinâmicas positivas em termos territoriais nos concelhos Sanabria, Aliste, Sayago, Trancoso, Vila Velha de Ródão e Ciudad Rodrigo e dinâmicas muito negativas em termos de desemprego na maioria dos concelhos exceto Vila Velha de Ródão, Idanha-a-Nova e Penamacor.

Gráfico 4: Trajetórias em Termos de Crescimento da Natalidade e de Mortalidade

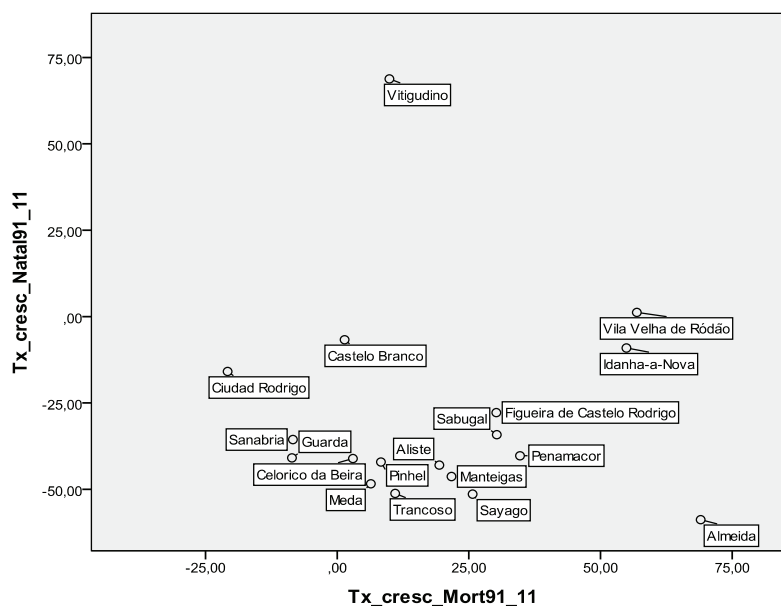
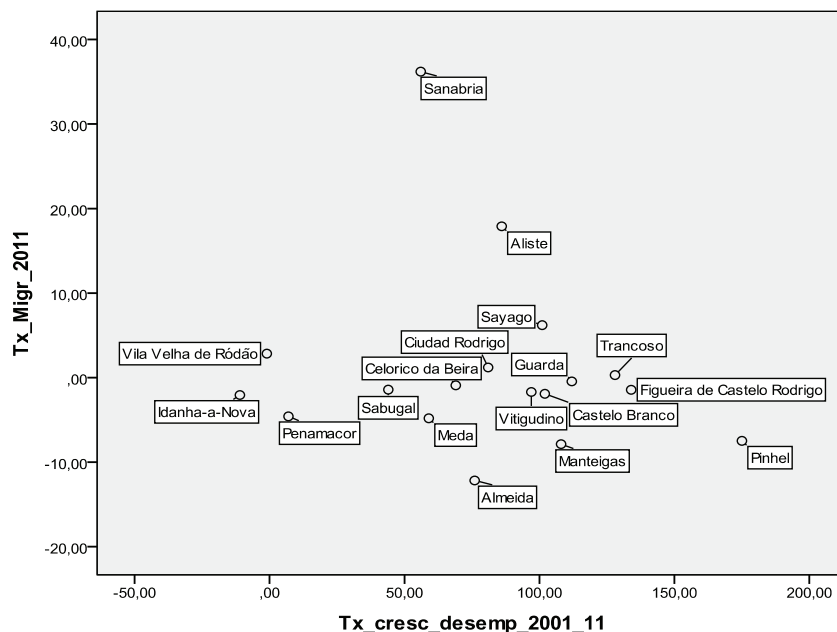


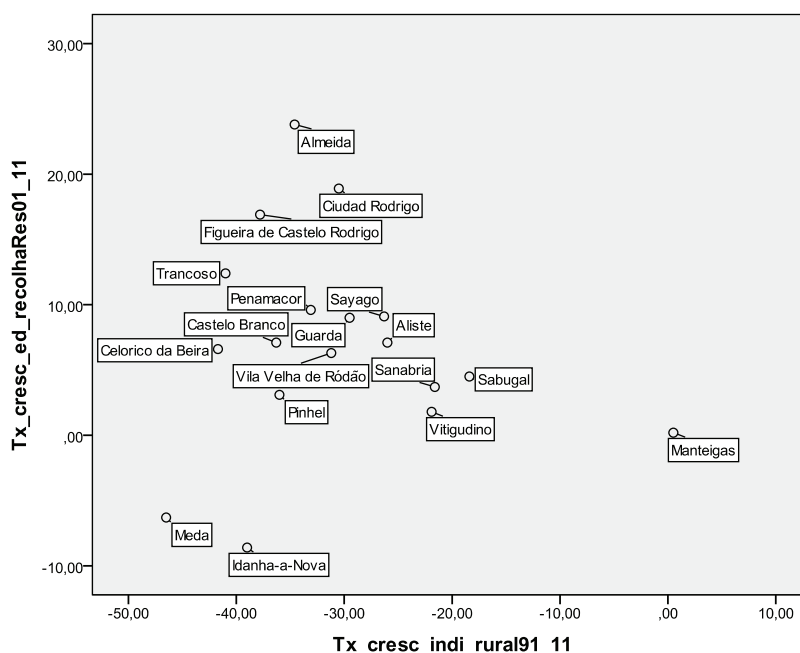
Gráfico 5: Trajetórias em Termos de Saldo Migratório e de Desemprego das Regiões de Fronteira



Considerando agora o índice de ruralidade (número de pessoas que vivem em núcleos de menos de 2.000 habitantes por população total do território em análise), constata-se que no período em análise, exceto Manteigas que viu o seu índice de ruralidade aumentar, todos os restantes concelhos viram diminuir o seu índice de ruralidade (Gráfico 6).

De acordo com os dados do gráfico 6 continua a evidenciar-se no período de 1991-2011, a coexistência no território de fronteira de três situações distintas e de diferentes dinâmicas dos territórios em termos de ruralidade e recolha de resíduos. Uma situação agrupa os territórios com ganhos em termos de recolha de resíduos (número de edifícios com recolha seletiva de resíduos) mas com perdas de em termos de índice de ruralidade (grande maioria dos concelhos em análise), uma outra situação constituída pelos territórios que conjugam perdas tanto em termos de recolha de resíduos como em termos de índice de ruralidade (Meda e Idanha-a-Nova) e uma terceira situação de que aumenta simultaneamente o índice de ruralidade e de recolha de resíduos, embora com valores muito baixos (Manteigas).

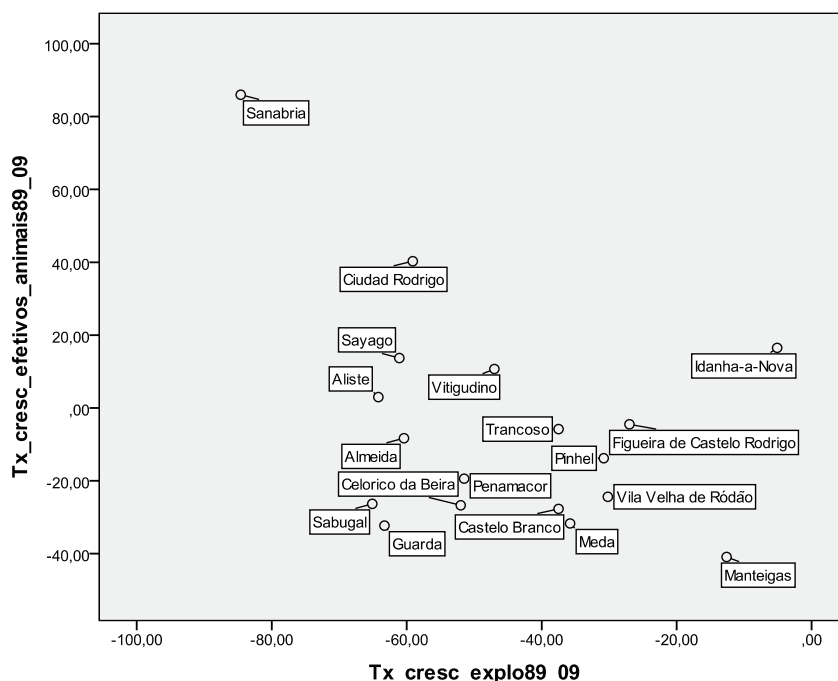
Gráfico 6: Trajetórias em Termos de Índice de Ruralidade versus Recolha de Resíduos



Acompanhando o fenómeno da ruralidade todos os concelhos viram reduzir o número de explorações agrícolas. Saliente-se que a maior redução do número de explorações agrícolas se registou na Sanabria.

(Gráfico 7). Pode-se então realçar duas dinâmicas territoriais diferentes (gráfico 7), analisando as Explorações Agrícolas e os Efetivos Animais. Uma dinâmica agrupa os territórios com ganhos em termos de Efetivos Animais mas com diminuição, por vezes acentuada, do número de Explorações Agrícolas (todos concelhos de fronteira da parte espanhola e Idanha-a-Nova). A outra situação junta os territórios que conjugam perdas de em termos de Explorações Agrícolas e de Efetivos Animais (os restantes concelhos da BIS e todos os concelho da BIN).

Gráfico 7: Trajetórias em Termos de Explorações Agrícolas versus Efetivos Animais



4. CONCLUSÕES

Os problemas de desenvolvimento das regiões de fronteira apresentam-se como estruturais face à especificidade territorial que estes espaços encerram. Estes constrangimentos perdem expressão com o afastamento da raia/raya, em particular nos concelhos cujas características urbanas potenciam a existência de atividades indústrias e de serviços, que garantem melhores condições de bem-estar para as suas comunidades. Na prática verifica-se um comportamento heterogéneo dos concelhos de fronteira em estudo. A conjugação dos indicadores demográficos com funcionais não permite sustentar claros padrões territoriais, pese embora a clara influência da proximidade geografia à fronteira. A consideração de concelhos, no âmbito das NUT III identificadas de fronteira, com perfis geográficos, económicos e demográficos muito diferenciados, constitui um entrave a uma maior capacidade de tipificação ou de determinação de padrões de evolução.

A cooperação transfronteiriça e os programas comunitários não conseguiram alcançar os principais objetivos a que se propuseram, constatando-se que não houve uma nova dinâmica com convergência das regiões de fronteira. Pelo contrário, devido às grandes diferenças e assimetrias existentes face às restantes regiões nacionais, surgiram tendências de concentração para as regiões mais avançadas e do litoral, levando a um reordenamento económico do território em desfavor das regiões mais pobres da fronteira que conduziu ao quase esvaziamento de populações e serviços destas regiões. As políticas e incentivos comunitários não conseguiram travar a tendência regressiva destes, colocando em causa a sua própria sustentabilidade a muito curto prazo.

REFERÊNCIAS

Cabero Diéguez, V., & Caramelo, S. (2001) The Evolution of the Spanish-Portuguese Border and the Process of European Integration, *41st Congress of the European Regional Science Association*, 29 Agosto-01 Setembro, Zagreb.

Lange, E. (2011a) *A Cooperação Transfronteiriça Institucional na Região Norte de Portugal – Sobreposição ou Complementaridade?*, In atas do 17.º Congresso da APDR - Gestão de Bens Comuns e Desenvolvimento Regional Sustentável. Junho/Julho 2011, Bragança. pp.1575-1590. ISBN: 978-989-96353-2-6.

Lange, E. (2011b). *EGTC – a ‘Breath of Fresh Air’ for Practical Cross-Border Cooperation. Tracing the Legal Cross-Border Cooperation from the European Level to the Galicia-North of Portugal Cross-Border Region*, Regional Studies Association Annual International Conference 2011, Newcastle.

Lange, E. (2012) *De ‘Países Subdesenvolvidos’ à ‘Fronteira do Subdesenvolvimento’ – Contributo para um Debate Conceitual do Desenvolvimento*, in atas do 18th APDR Congress - Innovation and Regional Dynamics, Junho 2012, Faro. pp. 47-59. ISBN: 978-989-96353-3-3.

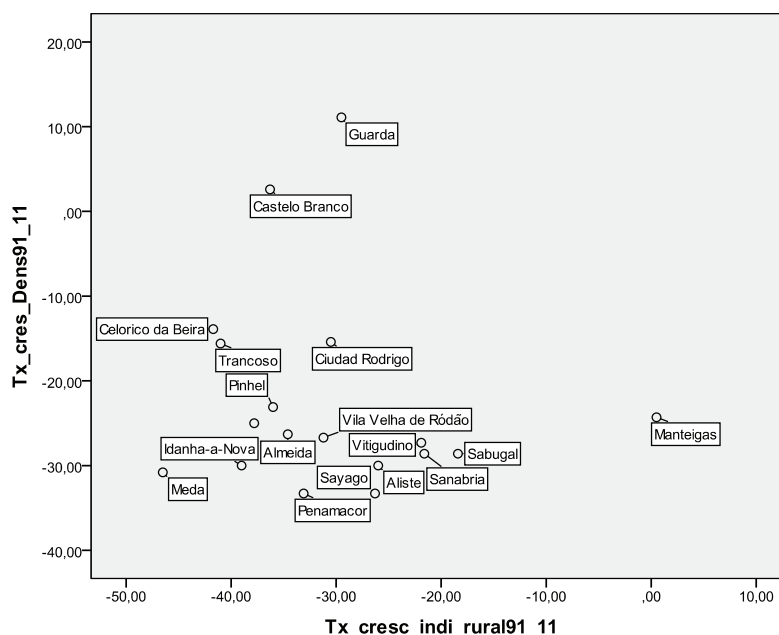
Lourenço, A. (1996) *Análise da Competitividade/Cooperação entre o Concelho do Sabugal e a Comarca de Ciudad Rodrigo: Cooperação Transfronteiriça*. Dissertação de Mestrado, Universidade da Beira Interior, Covilhã.

Natário, M.M. (2005) *Inovação, Competitividade e Demografia Empresarial: o Caso da Raia Central Ibérica*, Tese de Doutoramento, Universidade Évora, Março. ISBN: 972-9060-44-4.

Reigado, F.M. (2002) *Desenvolvimento Regional Transfronteiriço*; in Costa, J.S, (Coord.), *Compêndio de Economia Regional*, Coleção APDR, pp.571-596.

Salgado, A.R. (2010) *La cooperación transfronteriza y sus consecuencias: hacia la reestructuración territorial en Europa. Investigaciones Regionales*. Nº18. pp.141-152.

ANEXO I



3.2 - REGIONAL AND LOCAL DEVELOPMENT POLICIES

[1101] CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DOS MUNICÍPIOS DO CENTRO DE PORTUGAL (2011)

CHARACTERIZATION OF HUMAN RESOURCES OF THE MUNICIPALITIES OF THE CENTRO REGION OF PORTUGAL (2011)

José Alpendre¹ e Marta Martins²

¹Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Portugal, jose.alpendre@ccdrcc.pt

²Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Portugal, tita_mm_s@hotmail.com

RESUMO

A institucionalização do balanço social na Administração Pública surge com a entrada em vigor do Decreto-Lei nº 190/96, de 9 de outubro, o qual determinou a obrigatoriedade da elaboração deste documento por parte dos serviços e organismos da administração pública central, regional e local, incluindo os institutos públicos que revistam a natureza de serviços personalizados e fundos públicos.